

DECRETO EXECUTIVO N.º 3809, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

Declara “Situação de Emergência” na zona rural do município de Sarandi em decorrência da estiagem.

LEONIR CARDOZO, Prefeito Municipal de Sarandi, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 104 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, combinado com o Decreto 7.257/2010 e pela Lei 12.608/2012, e

considerando que o município foi e está sendo atingido pelos efeitos de uma estiagem que provocou e tem provocado sérios danos em toda a área rural, especialmente com grandes e graves perdas nas lavouras de milho grão e milho silagem, na produção de leite, e derivados, bem como na produção e comercialização de gado de corte, inclusive já com a falta de água em determinados lugares para saciar os animais, e para a irrigação de culturas de subsistências;

considerando que os prejuízos impostos pela estiagem afetam de forma direta e irreparável a matriz produtiva do município no setor primário, e isto traz consequências e acarreta perdas para todos os demais setores que compõem a economia;

considerando que a estiagem já começou a impor o racionamento de água também para o consumo humano em todas as comunidades do interior;

considerando que esta situação atinge mais de 1.900 pessoas, entre produtores e suas famílias, conforme prévio levantamento da EMATER, e isso os tem trazido expressivos prejuízos financeiros;

considerando que a EMATER, a Secretaria da Agricultura, e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, deste Município, sugerem que o município declare situação de emergência em razão da estiagem;

considerando a urgente necessidade do Poder Público intervir nas propriedades rurais, para, no que for possível, socorrer os agricultores, sobretudo com serviços de máquinas para limpeza de fontes, limpeza e aprofundamento de açudes, e abertura de pequenos reservatórios para captação de água a ser utilizada principalmente para saciar a sede dos animais, e também com a aquisição e disponibilização de materiais como: canos de PVC, bombas d'água, e outros materiais necessários a garantia do funcionamento dos sistemas simplificados de abastecimento de água;

considerando que de acordo com a Resolução nº 03 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC, o ocorrido com dimensionado como Nível II:

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada Situação de Emergência em razão da estiagem em toda a zona rural do município, conforme especificado no laudo técnico da EMATER que quantifica as perdas, e em outros documentos que a ele venham a se somar.

Parágrafo Único: a situação de anormalidade é válida para todo o interior do município de Sarandi.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do município, sob a coordenação da Defesa Civil local.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo Único: Essas atividades serão coordenadas pela Defesa Civil Municipal.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo Único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

Art. 6º - De acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), em situação emergência, se necessário, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Parágrafo Único: Acerca de causas e consequências de eventos adversos, registramos interpretação do TCU, que firmou entendimento, por meio da Decisão Plenária 347/1994, “de que as dispensas de licitação com base em situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, somente são admissíveis caso não se tenham originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, desde que não possam, em alguma medida, serem atribuídas à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação”.

Art. 7º - De acordo com a Lei nº 10.878, de 08.06.2004, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.113, de 22 de junho de 2004, que beneficia as pessoas em municípios atingidos por desastres e, cumpridos os requisitos legais, autoriza a movimentação da sua conta vinculada ao FGTS. Tal benefício ocorrerá somente se o município decretar situação de emergência e se obtiver o reconhecimento federal daquela situação. E mais: O Ato Federal de Reconhecimento avalia a situação de emergência do município - e não do município - e visa socorrer o Ente Federado que teve sua capacidade de resposta comprometida e somente em casos específicos, e indiretamente, estenderá esse alcance e socorro ao cidadão. Por fim, o que é reconhecido é a situação de emergência do poder público e não a necessidade do cidadão. Afinal, se a situação de emergência do poder público é inexistente, qualquer que seja o motivo do pedido, o seu reconhecimento será ilegal.

Art. 8º - De acordo com o artigo 13, do Decreto nº 84.685, de 06.05.1980, que possibilita alterar o cumprimento de obrigações, reduzindo inclusive o pagamento devido do Imposto sobre a Propriedade Rural - ITR, por pessoas físicas ou jurídicas atingidas por desastres, comprovadamente situadas na área afetada;

Art. 9º - De acordo com o artigo 167, § 3º da CF/88, é admitida ao Poder Público em SE ou ECP a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes;

Art. 10 - De acordo com a Lei nº 101, de 04 de maio de 2000, ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, permite abrandamento de prazos ou de limites por ela fixados, conforme art. 65, se reconhecida a SE ou o ECP;

Art. 11 - De acordo com o art. 4º, § 3º, inciso I, da Resolução 369, de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que dispõe sobre os casos excepcionais, tem-se uma exceção para a solicitação de autorização de licenciamento ambiental em áreas de APP, nos casos de atividades de Defesa Civil, de caráter emergencial;

Art. 12 - De acordo com art. 61, inciso II, alínea “j” do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, ou seja, são circunstâncias agravantes de pena, o cometimento de crime em ocasião de inundação ou qualquer calamidade;

Art. 13 - De acordo com as políticas de incentivo agrícolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário que desenvolve diversos programas para auxiliar a população atingida por situações emergenciais, como por exemplo, a renegociação de dívidas do PRONAF e o PROAGRO, que garante a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais;

Art. 14 - De acordo com a legislação vigente o reconhecimento Federal permite, ainda, alterar prazos processuais (artigos 177 e 182, do Código de Processo Civil - Lei nº 5.869, de 11.01.1973), dentre outros benefícios que poderão ser requeridos judicialmente.

Art. 15 – As medidas de que trata o presente Decreto terão validade de até 180(cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado pelo período que persistirem os danos ocorridos.

Art. 16 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO DE SARANDI(RS), EM 21 DE OUTUBRO DE 2020.

Glauber Kunzler
Vice-Prefeito no exercício do cargo de
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Valdetar Sarturi Junior
Secretário Municipal da
Administração